

AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NOS JORNAIS DE BELÉM (1972)

THE CELEBRATIONS OF THE SESQUICENTENNIAL OF BRAZILIAN INDEPENDENCE IN THE NEWSPAPERS OF BELÉM (1972)

Karine Almeida Paixão¹

Alberto de Figueiredo Damasceno²

Smile de Souza Golobovante³

RESUMO: O artigo discute como os jornais de Belém cobriram as celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972 e como o regime militar usou essa data para reforçar os valores e princípios propagados pela ditadura, o que pode ser entendido como um fato baseado na categoria da "tradição inventada" de acordo com Hobsbawm (2008). Destacamos a importância das fontes históricas na pesquisa e análise do passado, apresentando o método de análise de conteúdo de Franco (2018) como uma abordagem produtiva e consistente na pesquisa histórica. O artigo também enfatiza que, em regimes autoritários, festivais cívicos e exaltação de heróis nacionais são métodos frequentemente apropriados pelo Estado como meio de propagar sua ideologia e justificar a manutenção do poder. Apesar da cobertura da imprensa local ter sido influenciada pelo discurso patriótico, uma análise crítica das fontes permite identificar nuances e contradições que desafiam uma interpretação simplista dos eventos históricos. A análise de fontes iconográficas, como fotografias e cartazes, revela a presença de elementos de dissidência e subversão nas celebrações, indicando a presença de vozes dissidentes que desafiam as narrativas oficiais da história.

Palavras-chave: Sesquicentenário da Independência do Brasil; Jornais de Belém; 1972.

ABSTRACT: The article discusses how Belém newspapers covered the celebrations of the Sesquicentennial of the Independence of Brazil in 1972 and how the military regime used this date to reinforce the values and principles propagated by the dictatorship, which can be understood as a fact based on the category of the "invented tradition" according to Hobsbawm (2008). We highlight the importance of historical sources in the research and analysis of the past, presenting Franco's (2018) method of content analysis as a productive and consistent approach in historical research. The article also emphasizes that, in authoritarian regimes, civic festivals and exaltation of national heroes are methods often appropriated by the State as a means of propagating its ideology and justifying the maintenance of power. Despite the local press coverage having been influenced by the patriotic discourse, a critical analysis of the sources allows identifying nuances and contradictions that challenge a simplistic interpretation of historical events. The analysis of iconographic sources, such as photographs and posters, reveals the presence of elements of dissidence and subversion in the celebrations, indicating the presence of dissident voices that challenge the official narratives of history.

Keywords: Sesquicentennial of the Independence of Brazil; Bethlehem Newspapers; 1972..

¹ Mestrado em Educação na Universidade Federal do Pará
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5505474884175591>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2711-4804>
E-mail: karinepaixao@yahoo.com.br

² Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Pará - UFPA
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1620-6735>
E-mail: albertod@ufpa.br

³ Doutorado em Educação na Amazônia na Universidade Federal do Pará
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) Campus Abaetetuba
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6765334988717356>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3639-6767>
E-mail: profgolobovante@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos a discutir como as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil se configuravam nos jornais de Belém no ano de 1972, buscando compreender como a efeméride se materializou como festa cívica na capital paraense por meio da cobertura jornalística sobre o evento. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa histórico documental a partir de fontes disponíveis no setor de obras raras na biblioteca Arthur Vianna. Priorizamos como fontes os dois maiores jornais paraenses naquele período, "A Província do Pará" e "O Liberal", pois ambos produziram matérias sobre o assunto desde o mês de julho de 1972 e se utilizaram do mesmo discurso ufanista patrocinado pelos operadores do Regime Militar, aproveitando a efeméride para reforçar os valores e princípios difundidos pela ditadura em sua fase mais ferrenha, conduzida pelo general Emílio Garrastazu Médici, abusando da propaganda apologética do militarismo como fundamento da prosperidade do país.

A partir da discussão proposta, pretendemos contribuir para o debate sobre a relação entre o modo de comunicação adotado pelo governo cívico-militar e as comemorações cívicas. Nessa perspectiva, consideramos fundamental compreender a relação entre a narrativa jornalística e os interesses do governo militar nas ditas comemorações, já que essa relação reflete o que Hobsbawm (2008) chamou de "tradições inventadas", compreendidas como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawm, 2008, p. 9).

No caso do Sesquicentenário, a tradição inventada envolveu a retomada de uma suposta "glória" nacional do passado e um esforço para associá-la à ditadura militar. Nesse sentido, essa efeméride se insere no axioma de Hobsbawm, como escopo da ligação entre o período ditatorial que se apropriaria do sentimento e dos símbolos nacionais traduzidos em patriotismo, com a rememoração de um passado "glorioso" fundado por um herói nacional, considerado pela historiografia oficial como o libertador do Brasil como Estado-Nação.

SOBRE AS FONTES E SUA ANÁLISE

Para os estudos de caráter histórico, as fontes são fundamentais para que se possa realizar a investigação do passado.

Nesse sentido, consideramos que tudo o que é produzido social e culturalmente pelo ser humano pode ser considerado uma fonte histórica; não só o texto escrito deve ser entendido como tal, mas um universo amplo e diverso de materiais culturais. Nessa perspectiva, nossa análise se fundamenta na compreensão de que

(...) tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou "fonte", como é mais comum dizer atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos etc. (Cellard, 2012, p. 296).

Por isso, pudemos utilizar as fontes jornalísticas em uma perspectiva ampla, incluindo textos e imagens, tanto em conjunto quanto separadamente, bem como documentos oficiais e o programa comemorativo elaborado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), o que está em consonância com a ideia de que fonte histórica

é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. [...] Este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades de onde os historiadores irão constituir as suas fontes históricas (Barros, 2019, p. 1).

Além disso, tendo em vista que a construção da história é resultado das práticas sociais que envolvem aspectos culturais, políticos e econômicos, cabe ao historiador realizar uma análise crítica das fontes e compreender que estas são influenciadas por parâmetros que as moldam de acordo com o enfoque dado e com o contexto sócio-histórico em que estão inseridas. Nesse sentido, Cellard (2012) defende que

o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. (...) Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades [...] e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos (Cellard, 2012, p. 299).

Para o tratamento das fontes anteriormente mencionadas, utilizamos o método de análise de conteúdo de Franco (2018), que faz uma "abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel do sujeito na produção do conhecimento" (Franco, 2018, p. 10). Esse método nos ajudou a compreender tanto o dito quanto o não dito nos documentos oficiais e em outras fontes, por meio de atributos elementares que correlacionam indivíduo e realidade, como a contextualização social e histórica em que foram concebidos. Essa abordagem nos possibilitou romper com o "hermetismo epistemológico apriorístico" e ter a intenção de descobrir novos aspectos em nossa relação com os sujeitos investigados, definindo diferentes eixos de construção de informação em um processo permanente de formulação de hipóteses" (Franco, 2018, p. 16).

Para realizar uma análise mais produtiva e consistente do material obtido, também fizemos um levantamento bibliográfico com o objetivo de identificar autoras e autores que desenvolveram reflexões sobre o tema. Foram consultadas obras no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando os termos "Sesquicentenário" e "Independência". Esse processo nos permitiu ter uma base sólida de referências para dialogar com as fontes e enriquecer nossa análise.

ASPECTOS HISTÓRICOS

No processo histórico em que se forja a sociedade brasileira, tendo o autoritarismo e a centralização como traços inerentes à política nacional, a ditadura militar implantada a partir do golpe de 1964 emergiu como medida para proteger a democracia e combater a corrupção e o comunismo. Hoje, o crescente desenvolvimento de estudos sobre esse período, impulsionado pela descoberta e produção de novas fontes, métodos e abordagens teóricas, tem possibilitado superar leituras equivocadas dessa época de horror, em que teve a tortura como política de Estado, a repressão e a violação dos direitos humanos eram prevalentes e que, por muito tempo, foram reproduzidas social e institucionalmente. O golpe teve um impacto profundo na política e na sociedade brasileira, deixando um legado de traumas e desafios para a consolidação da democracia e da justiça social. Nesse cenário é imprescindível trazer à tona elementos simbólicos que foram utilizados pelo regime como forma de propagandear e impor sua ideologia.

Ao tomar as comemorações do Sesquicentenário como objeto de estudo, pretendemos contribuir com a elucidação dessa efeméride e as relações produzidas a partir dela e firmadas

entre a ditadura militar e a sociedade brasileira que, em certa medida, entraram em consenso com os aspectos não democráticos assumidos no período por uma parcela conservadora da sociedade. Por outro lado, essa celebração foi alvo de muita polêmica, pois, conforme argumenta Hobsbawm (2008), trata-se de uma efeméride que se configura como uma relação artificial com o passado, cujo objetivo era demonstrar e provocar pertencimento e reações a situações novas.

Entretanto, a controvérsia quanto ao significado do termo "independência" permanece. Segundo Holanda (2006), o Brasil perdeu juridicamente o *status* de colônia antes da chamada independência, em 1815, quando foi elevado à condição de Reino Unido por ocasião do Congresso de Viena. Isso significa que o surgimento jurídico do Estado-nação brasileiro, com *status* de autonomia política, ocorreu antes mesmo da independência oficial, embora, na prática, essa autonomia não tenha se materializado, já que o país ainda era governado por Portugal.

No entanto, o referido autor destaca que a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves foi um reconhecimento de uma situação de fato que, além de garantir a administração pacífica, possibilitou a elaboração de planos imperialistas em direção ao Prata e a reativação de sonhos de grandeza continental, o que prendeu a Coroa ao Brasil e o Brasil à Monarquia. Portanto, a celebração do Sesquicentenário da Independência do Brasil simboliza um momento de intensa controvérsia histórica e política, com diferentes interpretações sobre o significado e o impacto desse processo de emancipação política.

Na perspectiva de continuidade da configuração do Estado-nação e de sua respectiva autonomia política juridicamente estabelecida em 1815, a Independência do Brasil de 1822, simbolizada e cristalizada na figura de Dom Pedro I, tem a perspectiva "independência" muito contestável na medida em que foi liderada por um português que, em 1831, preocupado com a sucessão do trono português, abdicou do trono brasileiro para assumir o trono de Portugal, o que demonstra – e comprova – os fortes laços e a dependência política entre Brasil e Portugal.

Apesar das controvérsias que cercam a independência, a historiografia comprometida em construir uma história oficial e a genealogia da nação exaltaram a independência do Brasil de 1822 como marco fundador do país e Dom Pedro I como seu principal protagonista. Por isso, em 1972, o governo civil-militar organizou a comemoração dos 150 anos da independência.

Em nome da segurança nacional, a ditadura civil-militar formalizou e naturalizou a restrição dos direitos civis e políti-

cos, reelaborando a noção de civismo de modo a justificar as atrocidades cometidas pelo regime. Esse conceito

havia sido habilmente utilizado para redefinir a relação entre o Estado e os cidadãos, num período marcado por atos institucionais que feriam os princípios da cidadania, mas que estavam perfeitamente ajustados aos princípios do civismo. Como, neste período, a ideia de civismo se sobrepunha à de ideal de cidadania, definindo prioritariamente os deveres dos cidadãos, legitimava qualquer ação do Estado (Maia, 2013, p. 202).

A ideia de festa cívica do Sesquicentenário se originou no último terço do século XX, quando Portugal prometeu entregar ao Brasil os restos mortais daquele que era considerado nosso primeiro imperador e defensor perpétuo, criando as condições objetivas para uma grande efeméride que ocorreria em 1972.

Segundo Cordeiro (2011), foi no governo Médici, auge da ditadura militar – tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico, com o efêmero “milagre brasileiro”, quanto no que se refere à intensificação da repressão, da violência e da censura –, que teve início, em outubro de 1971, a partir da instalação da Comissão Nacional¹, a organização e o planejamento do que seria a maior e mais simbólica festa cívica do país no período ditatorial.

Em consulta ao *site* do arquivo nacional, localizamos informações sobre o Decreto n.º 69.344, de 8 de outubro de 1971, que instituiu tal comissão para programar e coordenar as comemorações da efeméride, incumbindo-a de “propor os meios necessários à realização das comemorações”, bem como designar uma Comissão Executiva Central (CEC) do Sesquicentenário da Independência do Brasil, instituída pelo Decreto n.º 69.922/1972 – cujos membros deveriam ser designados pelo presidente de República –, para coordenar em todo o território nacional, as atividades das comissões nos estados e municípios a serem instituídas por ato de governadores e prefeitos.

Essa estrutura teve ramificações nas diversas capitais do país na intenção de alinhar a inauguração do grande evento com a realização simultânea do Encontro Cívico Nacional – não por coincidência marcado para acontecer em 21 de abril, dia da morte do inconfiante mineiro Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, denominado patrono cívico da nação brasileira² pelo regime autoritário – que mar-

cou o início da peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I vindos de Lisboa para percorrer todas as capitais do país no período de abril até setembro de 1972.

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA CAPITAL PARAENSE

Em Belém, a celebração dos 150 anos da independência envolveu diversas facetas e atividades distintas, mas convergentes no propósito de associar a ditadura a um passado glorioso e a um futuro promissor para o país e o estado. Para isso, foram promovidas atividades militares, cívicas e culturais, incluindo eventos esportivos e escolares. Essas práticas podem ser compreendidas como tradições inventadas, conforme destaca Hobsbawm (2008), uma vez que essas tradições são construções de um passado existente que se ajustam às necessidades do presente. O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo — às vezes, apenas alguns anos — e se estabeleceram com enorme rapidez (Hobsbawm, in: Hobsbawm; Ranger, 2008, p. 9).

Em regimes ditatoriais, como o que vigorava no Brasil durante as comemorações em debate, as festas cívicas e a exaltação de heróis nacionais muitas vezes são apropriadas pelo Estado como forma de propagar uma ideologia e justificar a manutenção do poder. Nesses casos, a mensagem transmitida pode ser distorcida e utilizada para manipular a população, fortalecendo a imagem do regime e reforçando a ideia de um inimigo comum. Essa apropriação pode levar à supressão de vozes dissidentes e à imposição de um pensamento único, tornando-se um instrumento de controle social e político.

O uso do simbolismo militar no processo de formação escolar da população não é privilégio apenas do Regime Militar instalado em 1964, pois regimes totalitários como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha também o fizeram. Em um estudo sobre a “militarização da infância” e as “expressões do nacionalismo na cultura brasileira”, Souza (2000) revela que, desde o início do século XX, já se manifestavam práticas nesse sentido na configuração do currículo do ensino primário. Isso demonstra como as políticas de educação popular aliaram a educação moral e cívica às políticas do corpo, com ideais de civismo, patriotismo e nacionalização. Tais ideais expressam tentativas, nem sempre bem-sucedidas, de transformar as es-

¹ Integrada por ministros de Estado, chefes dos gabinetes Militar e Civil da Presidência da República e pelos presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, Liga de Defesa Nacional, Associações Brasileiras de Imprensa e de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT e ABRA-TE).

² Nomeado pela Lei n.º 4.987, de 09/11/1965, sancionada pelo presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

colas primárias em agências de civilização das massas (Souza, 2000, p. 118).

As formas de implementar, no ideário republicano, uma pretensa naturalidade do regime totalitário eram diversas. Nesse contexto, dada a posição estratégica da educação, seja pelo seu alcance na formação das grandes massas, seja pela difusão de uma cultura que extrapola os espaços escolares, as instituições de ensino e afins guardavam maior importância na propagação desse ideário, ao mesmo tempo em que formavam cidadãos aptos a incorporar em suas práticas sociais os princípios do civismo e patriotismo, sempre em uma lógica de fortalecimento do regime autoritário.

O novo regime também se empenhou em buscar legitimação através da produção e divulgação de inúmeros livros didáticos, além de peças publicitárias de cunho oficial, difundindo, deste modo, as opiniões e os valores do Alto Comando das Forças Armadas. Estas obras deveriam ser utilizadas nas disciplinas englobadas sob o título genérico de Estudos Sociais, em todos os graus de ensino (Almeida, 2005, p. 2).

Balizadas por meio de acordos com o governo dos Estados Unidos (MEC/USAID), as reformas promovidas no período compreendiam o ensino primário, médio e superior, a formação de professores e a produção dos livros didáticos, evidenciando a interferência norte-americana sobre importantes aspectos da educação nacional. Matos *et al.* (2021) destacam o acordo de cooperação MEC-SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) para publicações técnicas, científicas e educacionais, que visou a distribuição de 51 milhões de livros nas escolas e a publicação do Decreto n.º 59.355/1961, que estabeleceu a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), à qual cabia examinar e aprovar o conteúdo dos livros para garantir que seu teor estava em conformidade com a ideologia do regime.

Nas escolas, disciplinas como história e literatura nacionais eram potenciais homogeneizadoras de "heróis" nacionais, garantindo o "substrato ideológico" indispensável ao civismo e ao patriotismo preconizados pelos diversos agentes atuantes na ditadura, que utilizavam o sistema educacional para difundir os valores do governo.

Segundo Maia (2013), a legitimação do regime ditatorial também se deu pela grande participação de civis de diversos setores da sociedade durante as mais de duas décadas em que o regime perdurou.

Nesta perspectiva, a ditadura não seria exclusivamente militar, fruto da truculência e do autoritarismo gestados na

caserna e impostos a toda a sociedade a partir de 1964. Ao contrário, diversos setores da sociedade civil aplaudiram o golpe [...] promoveram manifestações entusiásticas em favor da intervenção militar e ingressaram nas fileiras estatais para propor projetos de desenvolvimento para a nação (Maia, 2013, p. 184).

Nos estabelecimentos escolares, a perspectiva adotada pelos militares ao promover as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972 já era considerada adequada. Na capital paraense, houve a presença festiva de alunos e alunas das escolas públicas e privadas nos eventos promovidos. A presença das escolas

não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura que incluía, sem dúvida, a (re) educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970 tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como o antídoto necessário contra ideologias estranhas, que seduziam facilmente alguns jovens (Cordeiro, 2011, p. 9).

Consideradas como veículos condutores da doutrinação totalitária e da formação de consciências favoráveis à ideologia militarista em vigor no Brasil, as atividades escolares situavam a participação dos alunos no cerne das comemorações, uma vez que o regime precisava criar coesão interna e identidade nacional diante das mudanças sociais e culturais emergentes dos movimentos de contestação, oposição e clandestinos, bastante intensos na década de 60 e 70.

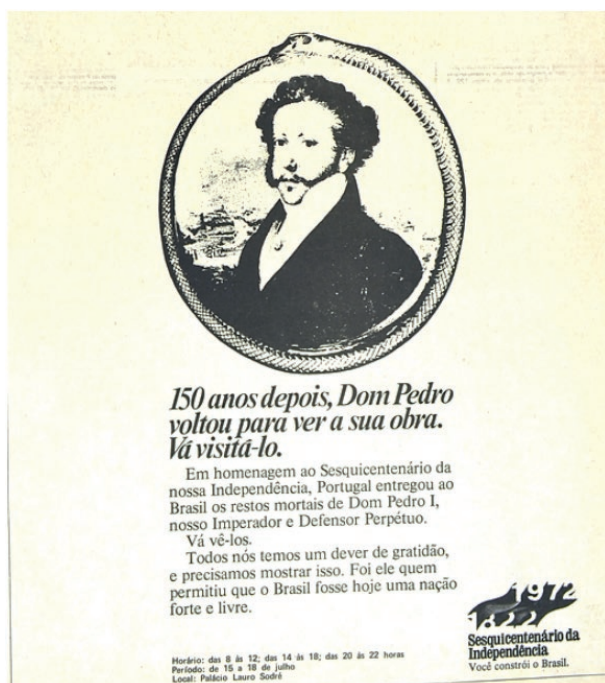
O SOLENE CORTEJO EM BELÉM: MEMÓRIA HISTÓRICA EM MOVIMENTO

O auge do Sesquicentenário na capital paraense ocorreu em dois momentos: em 15 de julho, com a visita dos despojos do imperador, e em 7 de setembro, com as comemorações da independência do Brasil. Seguindo as determinações nacionais, o Estado do Pará nomeou, por meio do Decreto n.º 7864/1972, a Comissão Executiva Estadual para organizar os festejos na capital paraense. Presidida pelo Governador Fernando Guilhon, a referida comissão foi composta por representantes dos três poderes, comandantes das Forças Armadas, secretários de governo, além de representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Conselho Estadual de Cultura, da Liga

de Defesa Nacional, da Fundação Cultural e da Comunidade Luso Brasileira no Pará.

Em 15 de julho de 1972, o jornal “O Liberal” publicou um anúncio sem assinatura, encimado por uma imagem de Dom Pedro I emoldurado por um ouroboros³, argumentando que o imperador voltava para ver sua obra após 150 anos e convocava os leitores a visitá-lo, reforçando o dever de gratidão que os paraenses deveriam ter para com aquele que permitiu ao Brasil ser uma nação forte e livre. Força e liberdade que, na visão dos propagandistas, não seriam conquistas coletivas resultantes das lutas sociais, mas legado de um homem apenas, de um herói.

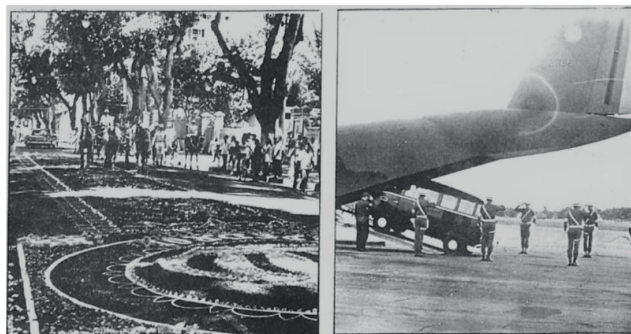
Imagem 1 – Anúncio em homenagem a D. Pedro I



Fonte: Jornal O Liberal, 15/07/1972, p. 1, cad. 2.

Na mesma edição, o jornal também noticiava que Belém iria reviver os áureos tempos do Brasil Império por conta do cortejo que se deslocaria do aeroporto de Val-de-Cães até o centro da cidade com os restos mortais de Dom Pedro I. Cavalos enfeitados, soldados envergando os trajes do império, com bandeiras e flâmulas, relembrando os tempos em que éramos colônia, tornaram o desfile comovente e expressivo.

Imagem 2 – Chegada do imperador

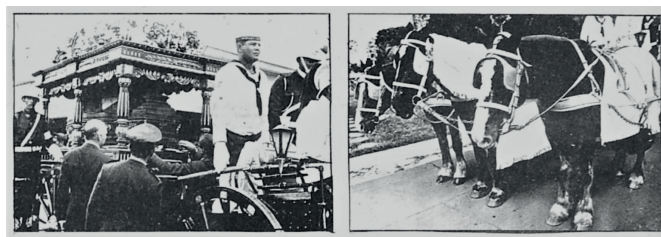


Fonte: O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. Pág.08.

A chegada e o desembarque dos despojos aconteceriam no aeroporto militar de Val-de-Cães, na presença de altas autoridades. A comitiva responsável pela peregrinação foi recebida pelo vice-governador do Estado, secretário de Educação e os comandantes militares sediados em Belém, e permaneceu na cidade por quatro dias.

Saindo do aeroporto, o cortejo percorreu as avenidas Júlio César, Almirante Barroso, Praça Floriano Peixoto (contra-mão), avenidas Independência e Nazaré, Rua Gama Abreu (contra-mão), Tv. Padre Eutíquio, Rua João Diogo, Ignacio Guilhon e chegou em frente ao Palácio Lauro Sodré. Segundo o programa fornecido pela Comissão Organizadora, ao longo do percurso, escolares acenariam bandeirinhas e as ruas estariam enfeitadas com flâmulas coloridas (amarela, verde e vermelha) em homenagem aos países irmãos: Brasil e Portugal.

Imagem 3 – O translado em Belém



Fonte: O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. Pág.08.

A cerimônia cívica realizada em frente ao Palácio Lauro Sodré, após a chegada e recebimento dos despojos do Imperador, teve como roteiro o Hino do Sesquicentenário, leitura dos textos históricos, toque dos hinos nacionais do Brasil e de Portugal, salva de 21 tiros, palavra do vice-governador do Maranhão, toque e canto do hino da Independência pelos presentes, palavras do Governador do Pará e, finalmente, retirada da urna da carroça e colocação da urna fúnebre na entrada do

³ Símbolo maçônico representado pela alegoria da serpente engolindo a própria cauda, simbolizando a eternidade.

Palácio Lauro Sodré, seguida da aposição de flores pela comunidade luso-brasileira de Belém.

O cortejo durou duas horas e cinquenta minutos, pois a carruagem fúnebre seguiu em marcha lenta pela Av. Júlio César até a Av. Almirante Barroso. O tempo de percurso também se estendeu por ocasião de um problema no eixo devido ao excesso de peso, porque, segundo detalhou o jornal "O liberal", portava além do cocheiro, a patrulha mista.

Imagem 4 – O traslado em Belém



Fonte: O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. Pág. 08.

O Palácio Lauro Sodré⁴ foi o ponto culminante da solenidade, onde uma multidão apreciava o cortejo, entre os quais alunos do colégio Lauro Sodré, que saudaram a passagem dos despojos acenando com bandeirinhas de Portugal, além dos pelotões do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar.

Imagem 5 – O traslado em Belém

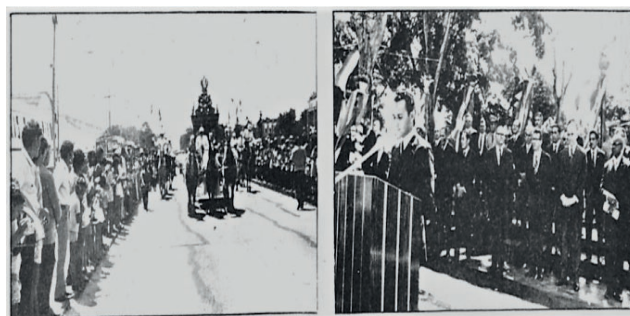


Fonte: O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. Pág. 08.

Naquele momento, o vice-governador do Maranhão fez a entrega oficial dos despojos ao governador do Pará, Fernando Guilhon, que fez a leitura e assinatura da ata da solenidade e discursou

"Aqui, agora, nesta parada do tempo, O Pará se prostrana e se comove, exalta e cultua a glória, sublima-se, contrito, na veneração e eleva-se condoreiro na ufanía patriótica, envaidecido e feliz, como relicário fugaz dos restos daquele que nos jogou, brasileiros, adultos e intementes, à face da história, por caminho áspero ou senda macia, em busca do ouro e da luz, da dor e do amor, da guerra e da paz!" (A recepção aos restos mortais de D. Pedro I. O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. p. 08)

Imagem 6 – A recepção dos restos mortais do imperador



⁴ Antigo Palácio do Governo, atual Palácio Lauro Sodré, foi sede do Governo do Estado, atualmente abriga o Museu do Estado do Pará. Fica localizado na praça Dom Pedro II, no bairro da Cidade Velha em Belém.



Fonte: O Liberal. 1º Caderno. 16 de julho de 1972. Pág.08.

Em seu discurso de saudação, Fernando Guilhon se referia a Dom Pedro I como “imperador guerreiro”, conferindo ao “mártir da independência” uma roupagem militar. As matérias dos jornais consultados adotaram igual teor, utilizando um forte conteúdo simbólico para referir-se ao imperador, embora Dom Pedro I não tivesse nenhuma formação militar. A banda executou os hinos da Independência e do Brasil e, sob os acordes da Marcha Fúnebre de Chopin, a urna foi descida da carruagem e conduzida para o “hall” de entrada do Palácio, permanecendo até o dia 19 de julho de 1972 para receber visitas e homenagens oficiais, entre as quais uma cerimônia litúrgica realizada no dia 18 de julho, oficiada por D. Alberto Gaudêncio Ramos.

Durante toda estada dos despojos de D. Pedro I em Belém, estavam previstas “retretas noturnas na Praça e nos dias 17 e 19, no Teatro da Paz, concerto da Orquestra de Câmara do Serviço de Rádio-Difusão Educativa da Rádio Ministério da Educação” (O Liberal, Belém, 15 de julho de 1972. 2º caderno, p. 02).

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NOS FESTEJOS

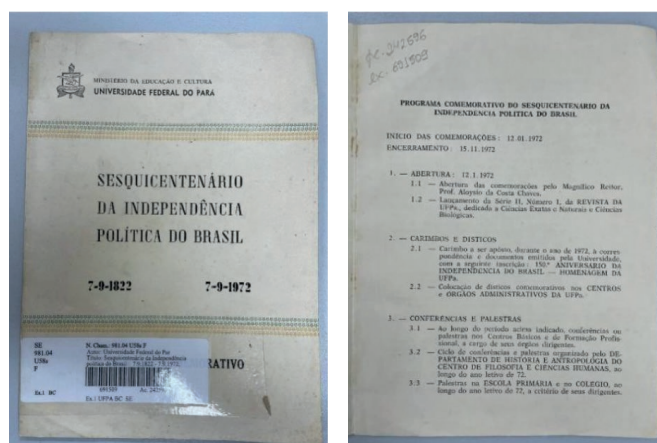
Em um período em que a integração da nação brasileira figurava entre as principais pautas na agenda do regime militar, visando a formação de homens dispostos a apoiar a causa política e o desenvolvimento do país, as instituições de edu-

cação superior também receberam influências para participar dos preparativos da comemoração da efeméride.

um dos braços do novo modelo do Estado, centralizado e burocrático, legitimado até certo ponto pelo “milagre econômico” que tinha como grande chamada o desenvolvimento aliado à segurança pelo abafamento dos movimentos de contra hegemonia considerados subversivos aos fundamentos da ordem pretendida pelo Estado (Mazzante, 2005, p. 74).

Destacamos o Programa Comemorativo do Sesquicentenário da Independência Política do Brasil, originado na Universidade Federal do Pará (UFPA), que definiu a data de 12 de janeiro de 1972⁵ para início das comemorações no âmbito da instituição e seu encerramento em 15 de novembro⁶ do mesmo ano. O programa continha uma abertura feita pelo então reitor Aloysio da Costa Chaves e previa uma série de ações institucionais a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo de 1972, que abrangiam o uso de carimbos nas correspondências e documentos oficiais emitidos pela universidade e de dísticos comemorativos nos ambientes das unidades acadêmicas (centros) e órgãos administrativos, além de atividades didático-científicas, artísticas (musicais e teatrais) e desportivas, bem como visitas, conferências e palestras que deveriam ser proferidas tanto na universidade quanto na escola primária e no colégio vinculados à UFPA.

Imagem 7 – Programa comemorativo da UFPA



Fonte: Biblioteca Central UFPA - Sala Eneida.

⁵ Aniversário de 356 anos da cidade de Belém, capital paraense.

⁶ Data alusiva ao fim do regime monárquico no Brasil e Proclamação da República no país.

O programa ainda previa a realização de dois concursos internos um de redação sobre temáticas relacionadas à independência e outro concurso de cartazes alusivos ao Sesquicentenário, ambos com premiação “expressiva”, tendo o cartaz vencedor ampla reprodução e distribuição. Por fim, faziam parte da programação a inauguração, em março de 1972, do centro de computação e do setor de transportes e, em setembro, a inauguração dos prédios destinados à Biblioteca Central, ao setor didático administrativo, ao centro de ciências exatas e naturais e ao ginásio coberto do *campus*. O encerramento contou com uma conferência pronunciada pelo Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho⁷.

SETEMBRO DE 1972 – A SEMANA DA PÁTRIA NO ANO DO SESQUICENTENÁRIO

O dia primeiro de setembro de 1972 marcou, em todo território nacional, o início das festividades da semana da pátria, como parte das comemorações do Sesquicentenário. Às 17h30, na praça dos três poderes em Brasília, ocorreu a solenidade de hasteamento da bandeira brasileira pelo presidente Médici, numa cerimônia que marcou a etapa final das comemorações do Sesquicentenário da Independência. Entre os convidados estavam os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, que presenciaram o rito solene com salva de 21 tiros, cântico do hino nacional e revoada de pombos. Na sequência, o chefe do governo assistiu à sessão solene do Congresso Nacional, que ocorreu de maneira simultânea em todas as assembleias legislativas dos demais estados da federação e câmaras municipais.

O jornal “Correio da manhã” noticiou que as festividades no estado da Guanabara⁸ tiveram início às 7h50 da manhã no Monumento Nacional aos mortos da Segunda Guerra Mundial com a presença do governador Chagas Freitas, dos comandantes do primeiro exército, do primeiro distrito naval, da terceira zona aérea, do secretário geral do exército, do diretor do monumento e dos chefes dos gabinetes civil e militar do estado.

Após as homenagens, no dia 2 de setembro de 1972, o esquife imperial contendo os restos mortais de D. Pedro I saiu do estado da Guanabara para São Paulo, onde seria velado por

soldados das forças armadas e da polícia militar até o dia 3 do mesmo mês.

Nas manifestações das autoridades locais, é possível identificar preocupação com a segurança nacional, que

deve, pois, merecer a meditação de todo cidadão e muito especialmente da elite dirigente [...] face a elementos antagônicos existentes ou potenciais [...] como também, face aos perigos a que está sujeita a Nação Brasileira fundamentalmente em decorrência dos imensos desequilíbrios e tensões que, a cada dia, ameaçam a paz social, tanto interna quanto externa, e a própria sobrevivência da humanidade (A Província do Pará. 07 e 08 de setembro de 1972. p. 5. 1º caderno).

Cordeiro (2011), ao referir-se aos jornais em âmbito nacional, assinala que as notícias sobre as comemorações de Sesquicentenário veiculadas à época destacavam o elemento militar que predominava nessa efeméride. Da mesma forma, as matérias dos jornais de Belém abordavam implícita ou explicitamente os aspectos cívicos e militares dos eventos que precederiam o grande festejo na capital paraense, cumprindo importante papel na construção do discurso oficial diluído no senso comum e na própria cultura de civismo forjada, organizada e difundida pelo regime militar.

Nessa linha de compreensão, podemos observar, nos discursos de autoridades locais, nuances da conduta vigilante com a qual o Estado presumia “em cada indivíduo, um hipotético adversário” (Almeida, 2005, p. 01), bem como do patriotismo imposto, como evidenciado no pronunciamento do Comandante do 4º Distrito Naval, Contra-Almirante Eugénio Marques Rodrigues Frazão, por ocasião do “Banquete da Independência” promovido pelo Rotary Clube de Belém e realizado na sede da Tuna Luso Brasileira⁹, quando se confessou compelido “pela elevada significação do evento [...] cujo conteúdo, político, social, econômico, cultural e até mesmo humano, indica o vigor cívico da alma de um povo que muito cedo amadureceu para se constituir em nação soberana” (A Província do Pará, 07 e 08/09/1972, p. 05, 1º caderno). Nesse mesmo discurso, o militar atribuiu importância fundamental à Doutrina da Segurança Nacional, conferindo a ela o *status* de

⁷ Coronel do exército brasileiro, foi governador do Pará entre 1964/1965, chefiou o estado-maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar sediada em Belém. Neste posto participou da articulação do movimento político-militar que, em março de 1964, depôs Goulart e substituiu-o na presidência da República pelo marechal Humberto Castelo Branco. Foi indicado por Castelo Branco a assumir, em junho de 1964, o governo do Pará, por via indireta pela Assembleia Legislativa após o *impeachment* do governador Aurélio Correia do Carmo.

⁸ Território correspondente à atual localização do município do Rio de Janeiro entre os anos de 1960 e 1975, esteve situado o antigo Distrito Federal.

⁹ Inspirada nas tunas acadêmicas portuguesas, foi fundada por um grupo de estudantes do Liceu Paraense que buscava estabelecer uma associação que celebrasse a cultura lusófona, unindo as tradições e influências de Portugal e do Brasil. Iniciou como conjunto musical para apresentar-se em festas cívicas, recreativas e de beneficência, teve sua instalação oficial em 1903. Em 1906 o esporte foi inserido com a criação do departamento náutico, e em 1915 o time de futebol. Foi nominada Real Tuna Luso Caixeiral, Tuna Luso Comercial, em 1967, Tuna Luso Brasileira.

garantidora da existência e do progresso do Brasil, protegendo o país de elementos que arriscassem.

a continuidade histórico-geográfica do Brasil [...] bem como os valores básicos que sublimam a nossa existência [...] a Segurança Pública consiste fundamentalmente na manutenção de um estado de coisas que caracterize a plena vigência da Lei e da Ordem. [...] Esse milagre brasileiro é o resultado do um trabalho persistente em que os dirigentes da Nação Brasileira procuram [...] superar todos os antagonismos (A Província do Pará, 07 e 08/09/1972, p. 05, 1º Caderno).

Desde o período preparatório que antecedeu a celebração do Sesquicentenário em Belém, nas diversas manifestações e homenagens noticiadas nos jornais, até sua culminância, o arbítrio fazia-se sentir em potência e constante vigília, seja demonstrando aos cidadãos sua eficaz capacidade de proteção da ordem, seja transmitindo constantes advertências em tom de intimidação, ora enérgicas ora veladas, aos grupos que refutavam a ordem e se posicionavam antagonísticos ao sistema imposto, como o fato veiculado em jornal da época sobre um desfile do exército, ocasião em que essa força armada exibiu “no desfile militar de 7 de setembro todo o seu contingente e material bélico com o qual, em caso de necessidade, defenderá a integridade da Pátria” (A Província do Pará, 07 e 08 de setembro de 1972, p. 05, Caderno 5).

O grupamento da Armada Nacional foi composto pela banda marcial do Corpo de Fuzileiros Navais, guarnição da canhoneira "B.A.P Ucayali"¹⁰, um grupo de marinheiros do IV Distrito Naval (DN) conduzindo bandeiras dos Estados e Territórios da Amazônia Legal, um pelotão da Escola de Marinha Mercante, duas companhias de marinheiros e duas de fuzileiros e, finalmente, dois pelotões de alunos da Escola de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha, do IV DN.

A Marinha de Guerra do Brasil participou pela primeira vez com um contingente de 700 homens. O Exército estava pronto para exibir todo o seu contingente e material bélico, a postos para defender a integridade da pátria, com grupamento constituído de pelotões da 5.ª Companhia de Guardas, do Quartel General e do 2º Batalhão de Infantaria da Selva (2.º BIS), sob o comando geral do general Darcy de Matos Jardim, Comandante da 8ª Região Militar. A grande atração do desfile

das forças terrestres foram os pelotões do 2.º BIS, envergando uniformes especiais para operações antiguerrilha na selva amazônica.

A Força Aérea Brasileira (FAB) também se fez presente durante o desfile com aparelhos do 1º Esquadrão de transporte da base aérea de Belém, tipo C-47, e “Douglas”, efetuando evoluções sobre a Praça da República¹¹. Houve também um momento em que a tropa foi apresentada ao governador Fernando Guilhon, que a “passou em revista”. O jornal noticiou ainda que a atuação da FAB na Amazônia é “das mais destacadas, principalmente através do Correio Aéreo Nacional, garantindo rápida e eficiente ligação dos centros populacionais mais remotos aos mais adiantados do país”.

Também, em setembro de 1972, o jornal “A Província do Pará” trouxe a lume o “espírito patriótico” que tomou conta da juventude rural, noticiando a confraternização realizada pelos integrantes da Diretoria Executiva do Trabalho com a Juventude Rural (DETJUR)¹², no intuito de participar das comemorações da Semana da Pátria.

Imagem 8 – Desfile escolar de 7 de setembro em Belém



Fonte: Jornal A Província do Pará. 1º Caderno. 07 e 08 de setembro de 1972. Pág. 04.

¹⁰ Canhoneira da Flotilha Fluvial do Amazonas da República do Peru, sob o comando do Comandante de Corveta Ricardo Villaran Tapia, que chegou à Belém especialmente para participar das solenidades da Semana da Pátria.

¹¹ A praça, localizada no limite entre os bairros da campina, Reduto e Nazaré, abriga um importante conjunto arquitetônico: os Teatros da Paz e Waldemar Henrique, o Parque João Coelho e a Praça da Sereia. Foi renomeada como Praça da República na última parte do século XIX em homenagem à Proclamação da República. Antes teve várias denominações: Largo da Campina, Largo da Pólvora, e, na época do Império, Praça Pedro II.

¹² Entidade particular com fins educativos gratuitos, composta pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretarias de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI) e de Educação (SEDUC), ACAR-Park FEP, Faculdade de Ciências Agrárias e Delegacia Estadual do Ministério da Agricultura.

¹³ Criada em 1951 como Escola de Agronomia da Amazônia, atual Universidade Federal Rural da Amazônia.

A cerimônia realizada na sede local da DETJUR, localizada à época na Av. Dr. Freitas em Belém, foi aberta pelo Presidente do Conselho, professor Elias Sefer, que também era Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias¹³. Em seguida, houve o hasteamento do pavilhão nacional, das bandeiras do Pará e da DETJUR, e na sequência foi feito um pequeno discurso de saudação proferido pela jovem Carmem Ruth, do Clube Agrícola Santos Dumont, argumentando que “a alusão ao Sesquicentário da Independência brasileira não é apenas lembrar o marco do passado histórico da nossa independência: mas, sobretudo, um fato presente” (A Província do Pará, Belém, 07 e 08 de setembro de 1972. 1º caderno, p. 04). No encerramento, todos cantaram o Hino da Independência.

A DETJUR se dizia no desempenho da contínua luta para “conservação da liberdade com Amor e Sacrifício”, buscando a juventude para o estabelecimento de alicerces de uma nação na qual os jovens demonstrem “seu valor e a grande contribuição que podem prestar projetando a Pátria para um futuro de grandeza e glória” (A Província do Pará, Belém, 07 e 08 de setembro de 1972. 1º caderno, p. 04). Em relação a esse discurso, não se pode perder de vista que, diante do desafio do desenvolvimento do país, os jovens eram considerados um potencial capital humano no plano de crescimento econômico, na dinâmica do capital.

Breves notas do jornal “A Província do Pará” traziam o tema do Sesquicentário, como aquela que fazia menção ao telegrama recebido pelo senador Milton Trindade¹⁴, diretor superintendente dos Diários e Emissoras Associados, com saudações do Consul da Colômbia, Sr. Eduardo Casas Acosta: “Por motivo da celebração do Sesquicentário da Independência, rogo a V. Excia. aceitar e transmitir ao povo e governo minhas felicitações, meus votos pela prosperidade desta nação e do estado do Pará” (A Província do Pará, Belém, 07 e 08 de setembro de 1972. 2º caderno, p. 03).

Ou ainda a nota, do mesmo jornal, que apresentava o espetáculo “Romanceiro da Inconfidência” da poetisa Cecília Meireles, apresentado no Teatro da Paz, como contribuição da Escola de Teatro da Universidade aos festejos paraenses do Sesquicentário da Independência (A Província do Pará, Belém, 07 e 08 de setembro de 1972. 2º caderno, p. 03).

Na capital paraense, o simbólico momento repercutiu em alterações do trânsito no entorno do local do desfile. O Serviço de Engenharia da Delegacia Estadual de Trânsito tomou todas as providências para que nada de anormal ocorresse, inclusive interditando diversas artérias, visando a movimentação das tropas militares, empregando um total de cinquenta homens na fiscalização que teve início às 6h00 da manhã até o encer-

ramento do desfile. Além das interdições, alguns logradouros passaram a ter mão dupla, bem como houve alteração no trajeto dos coletivos que trafegavam na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a ditadura, o Brasil viveu um período de forte repressão política, censura e perseguição aos opositores do regime. Naquele contexto, as celebrações do Sesquicentário da Independência do Brasil em 1972 se configuraram como uma oportunidade para a construção de uma imagem de continuidade histórica e nacionalismo que servisse aos interesses dos militares no poder.

Foi nessa perspectiva que a exaltação da figura do imperador Dom Pedro I como herói nacional e a presença ostensiva do aparato militar nas celebrações foram elementos-chave nessa construção. A ditadura buscou apresentar Dom Pedro I como um líder forte e patriota que lutou pela independência do país e que a tradição do poder militar como autoridade era um elemento importante da identidade nacional. Nesse sentido, a presença dos militares nas celebrações foi uma forma de reforçar a imagem de que o exército era o guardião da soberania nacional e que estava comprometido com a defesa dos “verdadeiros” interesses do país.

Essa narrativa histórica construída pela ditadura foi disseminada amplamente pela grande mídia controlada pelo governo, pois parte significativa da imprensa brasileira, na época, servia como porta-voz do regime e tinha o papel de reforçar a imagem de continuidade histórica e nacionalismo criada pela ditadura. Entretanto, é importante ressaltar que, após o golpe de abril de 1964, jornais vinculados à oposição ou ligados ao presidente deposto foram fechados ou depredados; assim como outros veículos da grande imprensa, como o jornal “Última Hora” e o “Correio da Manhã”, que também foram censurados e perseguidos.

Nessa medida, é necessário estudar as fontes históricas de maneira crítica e contextualizada, a fim de compreender as diversas interpretações que podem ser dadas a um mesmo fato histórico.

No entanto, o uso político do Sesquicentário da Independência do Brasil pela ditadura civil-militar não foi bem recebido por todos os setores da sociedade brasileira. Houve protestos e manifestações contrárias ao regime durante as celebrações cívicas como forma de resistir à opressão política.

¹⁴ Foi membro das Comissões de Educação e Cultura, Finanças, Minas e Energia e de Segurança Nacional. Jornalista profissional, trabalhou nos jornais “A Província do Pará” e “A Vanguarda” e na Rádio e TV Marajoara. Foi diretor-superintendente dos Diários e Emissoras Associados. (fonte: www.senado.leg.br).

ca. Ainda assim, a narrativa construída pela ditadura teve um impacto significativo na construção da identidade nacional.

Por essas razões, é imprescindível analisar criticamente essas celebrações e outras tradições inventadas, utilizadas para fins políticos e ideológicos, compreendendo seu papel na formação da identidade nacional e na legitimação do poder político. Isso é crucial para entendermos as complexidades da história e contribuirmos na moldagem de um futuro mais justo e democrático.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto n. 69.344, de 8 de outubro de 1971. Designa Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 out. 1971. Seção 1, p. 8179.
- BRASIL. Decreto n. 69.922, de 13 de janeiro de 1972. Cria a Comissão Executiva Central para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 1972, Seção 1, p. 305.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Programa comemorativo do Sesquicentenário da Independência Política do Brasil. Biblioteca Central. Sala Eneida. Belém, 1972.
- Médici abre fase final dos festejos. Jornal Correio da Manhã. RJ. Edição 24353. 01 set. 1972.
- Belém do Império recebe os despojos de Pedro I. Jornal O Liberal. Belém, p. 1. 15 jul. 1972.
- A recepção aos restos mortais de Dom Pedro I. Jornal O Liberal. Belém, p. 08. 16 jul. 1972.
- As forças armadas e o povo na praça. Jornal A Província do Pará. Belém, p. 04, 07/08 set. 1972.
- ALMEIDA, A. T. S. de. **O Sesquicentenário da Independência brasileira (1972) e o regime militar**. ANPUH – XXIII Simpósio nacional de história – Londrina, 2005.
- BARROS, J.D" A. **História e Parcerias Fontes Históricas**. ANPUH RJ, 2019.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: Jean Poupart, *et al.* (orgs). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CORDEIRO, J. M. **As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2008.
- HOLANDA, S. B. de. **Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MAIA, T. A. **Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985)**. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013.
- MAZZANTE, F. P. **O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 18, p. 71-81, set. 2005.
- MATOS, M. M; Mazzini, J. L.; MENDES, B. M.; MAIA, A. L. B. **Os livros didáticos na ditadura militar 1964-1985**. 7ª Seminário Regional Anpae Norte, 2021, Rio Branco - AC. Política Educacional em Tempos de Resistência, 2021. v. 09.
- SOUZA, R. F. de. **A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira**. Caderno CEDES 20 (52), Nov 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7ptbpSybL-DPmmMJD3YshGcq/?lang=pt>. Acesso em: 21 de maio de 2023.
- SINDICLUBES PARÁ. História sobre a fundação da Tuna Luso Brasileira. Disponível em: <http://sindiclubespa.com.br/noticias/historia-sobre-a-fundacao-da-tuna-luso-brasileira/>. Acesso em: 14 jan. 2023.